

OPINIÃO SOCIALISTA

PSTU
Nº661
De 28 de setembro a
12 de outubro 2023.
Ano 27

R\$2

(11) 9.4101-1917

PSTU Nacional

www.pstu.org.br

@pstu

Portal do PSTU

@pstu_oficial

LIT-QI
Liga Internacional dos Trabalhadores
Quarta Internacional



DIA DE LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES E OS ATAQUES DOS GOVERNOS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Mobilizações precisam enfrentar os governos estaduais da direita, mas também os governos do PT e de Lula.

Páginas 8 e 9



Enquanto Rio Amazonas agoniza com seca...

Tempestades provocam desastres no RS

páginadois

CHARGE



FALOU BESTEIRA

“ Não fosse a responsabilidade, a paciência, a discrição e a força de seu silêncio, Augusto Aras, talvez nós não estivéssemos aqui. Nós não teríamos talvez democracia ”

Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal, rasgando elogios para o Procurador Geral da República, que se curvou a Bolsonaro, seus crimes na pandemia e suas ameaças de ditadura.



MALUNGO

MNU do Rio de Janeiro homenageia Elias José

Nosso querido camarada e “velho de guerra” Elias José Alfredo foi homenageado pelo Movimento Negro Unificado (MNU) do Rio de Janeiro, no dia 23 de setembro, recebendo o prêmio “Lanceiro Negro”, na 2ª edição da premiação destinada aqueles e aquelas que têm importante papel na luta antirracista no estado. Elias, militante do PSTU desde sempre, assim como todos os aqueles e aquelas que vieram da Convergência Socialista (CS), uma das organizações que deu origem ao nosso partido, tem sua própria história mesclada com a do MNU, já que militantes



da CS foram importantes impulsionadores da fundação e desenvolvimento desta que é uma das mais sólidas organizações dos movimentos negros brasileiros. Elias, trabalhador metroviário, é um dos preservadores e contadores das nossas histórias. Um guardião das nossas lutas e ancestralidade. Militante incansável, agitador e divisor da cultura negra, principalmente através do fabuloso Bloco Afro Agbara Dudu, Elias é defensor convicto da luta de raça e classe pela revolução socialista. Parabéns ao Elias, estamos com você nesta homenagem.

ARGENTINA

Crise social e pobreza avançam

No primeiro semestre deste ano, o índice de pobreza na Argentina atingiu 40,1% da população. No mesmo período do ano passado, estava em 36,5%. O aumento de 3,6 pontos percentuais representa, segundo o jornal “Diario Clarín”, um crescimento previsto de 1,7 milhão de pessoas pobres em todo o país. Esses 40,1% são a média dos índices do 1º trimestre (38,7%) e do 2º trimestre (41,5%). Os dados constam em relatório do Indec (sigla para Instituto Nacional de Estatística e Censos) sobre o rendimento dos argentinos,



divulgado em 21 de setembro. Além disso, o país sofre com a alta da inflação. Em agosto, o índice anual avançou para 124,4%. O aumento foi de 11 pontos percentuais em relação aos 113,4% registrados em julho. Também em agosto, para tentar controlar a alta nos preços, o Banco Central da Argentina aumentou a Leliq, a taxa básica de juros do país, em 21 pontos percentuais, que passou de 97% para 118%.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Cândido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta



(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Nem o projeto capitalista de Bolsonaro, nem o projeto capitalista de Lula. Os trabalhadores precisam de um projeto seu.

Diversas setores começam a entrar em luta em defesa das suas reivindicações, contra as privatizações do saneamento, dos metrôs, os ataques dos governos e pelos direitos dos trabalhadores e estudantes. Estamos falando do plebiscito contra a privatização em São Paulo, da luta dos estudantes da USP, mas também mobilizações dos petroleiros no RJ, rejeição de PDV por metalúrgicos e outras movimentações pelo país.

Há uma bronca contra os governos estaduais da ultra direita como Tarcisio em SP, Zema em Minas e Castro no RJ e suas agendas agressivas de privatização e ataques. Mas também contra os governos estaduais do PT, como Jerônimo na Bahia que igualmente privatiza, faz Parcerias Público Privadas, e chacinas igualzinho aos governos da direita bolsonarista.

Lula teve um aumento de popularidade, como mostra as últimas pesquisas. Mas isso não impede que hajam lutas, experiência e descontentamento em diferentes graus entre os trabalhadores organizados. O relativo melhor momento da economia que surfa o governo tem a ver mais com os efeitos do auxílio emergencial transformado em Bolsa Família e certa desaceleração da inflação, do que com investimento em capacidade instalada, empregos melhores remunerados e direitos.

Mas esse pequeno crescimento também ajuda a alentar as lutas. Joga a favor deste início de mobilização entre os trabalhadores e os estudantes a percepção que começa a chegar de que será preciso lutar para resistir ao ataques de todos os governos, para conquistar alguma reivindicação e que o momento é propício para isso.

Joga a favor da luta também a relativa defensiva do bolsonarismo a partir revelação das maracutaias golpistas e os efeitos da derrota eleitoral. E isso se dá apesar do governo que não moveu uma palha contra o bolso-



narismo. O que é grave porque sabemos que seguirão existindo enquanto se mantiver essa decadência capitalista, que governos como o de Lula-Alckmin mantêm e aprofundam.

As lutas ainda estão em seu inicio e é certo que aqueles que defendem os trabalhadores devem fazer de tudo para que a luta cresça.

Porém é preciso que a luta enfrente os governadores de direita, mas também os ataques promovidos pelo governo federal e seu projeto econômico.

O governo Lula, em primeiro lugar, não faz nada para frear as privatizações ou para enfrentar os governos estaduais da ultra direita bolsonarista. Pelo contrário. É aliado deles na privatização dos portos, dos metrôs ou do saneamento, da educação e saúde, através das PPPs e também da entrega pura e simples de empresas, como aconteceu no caso do metrô de BH. O que se agrava com o fato de passar pano para os militares golpistas e seguir colocando centrão bolsonarista para dentro do governo, como a entrega do ministério dos portos para um privata, amigo de Tarcisio de Freitas, governador de São Paulo. Sem falar no "Fufuca", ou no Zanin no

STF, defendendo pautas conservadoras iguais às bolsonaristas.

Na verdade o que foi aprovado até aqui só demonstrou o compromisso de Lula e do PT com a governabilidade capitalista e os planos neoliberais haja visto o arcabouço fiscal, reforma tributária e projeto de desenvolvimento econômico pautado na venda do país para as multinacionais e em parcerias público privadas (PPPs). A ONG de Paulo Lemann um dos homens mais ricos e pilantras do Brasil, responsável pela falcatrua das americanas, ocupa espaços no governo Lula na área da educação ao ponto de ganhar acesso a 6 bilhões de reais do ministério da educação e comunicação.

O projeto de Lula do ponto de vista econômico sendo diferente do de Bolsonaro no varejo, no atacado é capitalista e subalterno ao imperialismo da mesma forma, e por isso não apenas não garante a ampliação de direitos para a classe trabalhadora, como não garante sequer manter os poucos que restaram. Também não garante nem um milímetro mais de soberania nacional, pelo contrário, o país continua sendo entregue aos monopólios internacionais e subalterno aos interesses dos países ricos. O governo

fala em "reindustrialização" e oferece mão de obra barata e regalias para os países ricos produzirem, nas palavras do ministro da Fazenda Haddad, "alumínio, têxtil, celulose e aço". E chama isso de "neo-desenvolvimentismo". Os bilionários fazem a festa, enquanto os de baixo continuam na mesma ou pior.

A luta deve seguir e nos entusiasma. Mas os trabalhadores devem avançar para ter um projeto seu e lutar por ele. Por que o governo Lula ao implementar uma política econômica neoliberal, fazer aliança com a direita e governar a serviço dos ricos, não vai resolver os principais problemas sentidos pelos trabalhadores.

Para isso seria preciso enfrentar de verdade as multinacionais e os grandes monopólios capitalistas. Partindo da reestatização das empresas privatizadas. Colocando-as sob controle dos trabalhadores e não de meia dúzia de magnatas como foi feito com a Eletrobras ou como pretendem fazer agora com a água. Daqui a pouco vão privatizar até o ar.

Enfrentar os bilionários, e reestatizar seria um caminho para termos serviços melhores, mais baratos e para todos os brasileiros. Além de possibilitar com que a ri-

queza produzida por esses grandes monopolios fossem utilizados pelos trabalhadores sendo destinados para universalizar os serviços públicos como saneamento básico, melhores salários, pleno emprego investimentos nas áreas sociais e necessidades reais do país, possibilitando romper a dominação imperialista.

O que impede o Brasil de se desenvolver é o domínio das grandes empresas controlando tudo desde a economia até a política.

Por isso para mudar é importante ter independencia de classe. Ou seja, os trabalhadores não podem apoiar o governo Lula-Alckmin, que governa com o centrão bolsonarista e toda grande patronal, aplicando um projeto capitalista atrelado aos interesses dos bilionários e suas megas empresas e bancos. Para os trabalhadores ganharem tem que atacar a propriedade monopolista e multinacional.

A unidade de ação de todos que estejam a favor de lutar deve existir. Mas é preciso construir a independencia de classe dos trabalhadores no movimento. Quer dizer, exigir que as organizações dos trabalhadores sejam independentes do governo e defender o interesse dos trabalhadores até o final, contra a patronal e o governo controlado por ela. Para além do movimento é preciso que uma saída política, um outro projeto. Por isso a necessidade de construir uma oposição de esquerda de classe e socialista.

Ninguem quer a volta da ultra direita. Mas quem ajuda a ultra direita são os governos do PT que tem um discurso a favor do povo mas na prática segue mantendo e ajudando os capitalismo e os bilionários. A melhor vacina contra o vírus da ultra direita é a independencia de classe do governo Lula e o fortalecimento de uma alternativa revolucionária e socialista de oposição de esquerda ao governo, inclusive para enfrentar também a direita.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3EVZBGL](https://bit.ly/3EVZBGL)**

NA BAHIA

PT transforma problema social em confronto bélico, vitimando pobres e pretos



PSTU - BAHIA

Quando escrevímos esse artigo para o Opinião Socialista, 46 mortes tinham sido registradas em confrontos com a Polícia Militar da Bahia, somente este mês. Desde o início de setembro, várias cidades baianas registraram trocas de tiros entre suspeitos de integrar facções criminosas e policiais. A maioria das mortes ocorreu em bairros periféricos de Salvador.

Hoje, existe uma disputa por território entre facções criminosas locais, com apoio de facções nacionais, como o Comando Vermelho (Rio de Janeiro) e o PCC (São Paulo). Esse é um fenômeno recente, de poucos meses, que sozinho não é o responsável pela escala da violência.

A situação atual é resultado das políticas de segurança, econômicas e sociais durante os 17 anos de governos do PT, que optaram em seguir governando para os ricos, aprofundando a concentração de riquezas nas mãos de poucos e socializando a miséria para



Jerônimo Rodrigues (PT), governador da BA, apoia ações da PM

muitos. Criando, assim, um verdadeiro abismo de desigualdade social.

UM ESTADO MARCADO PELA VIOLENCIA

Há anos a taxa de homicídios é alta em nosso estado. Em 2017, por exemplo, o ano mais violento da história do país, a Bahia registrou 7,4 mil das 65,6 mil mortes violentas no Brasil.

O Anuário da Violência, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou que, no ano passado, a Bahia se tornou o estado com o maior número de mortes em decorrência de ações policiais, com 1.464 ocorrências – em média, 28 por semana. Desde

2015, diz o Anuário, esse número quadruplicou.

Os dados do Fórum também demonstram que as quatro cidades mais violentas do país estão na Bahia: Jequié (88,8 mortes por 100 mil), Santo Antônio de Jesus (88,3), Simões Filho (87,4) e Camaçari (82,1).

A FALSA GUERRA CONTRA AS DROGAS

Pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) dizem que a escolha pelo confronto bélico foi a principal política de segurança pública nos governos do PT. Isto é, o uso da força policial, sustentado na falsa política de guerra às drogas, que permite à polícia agir

com violência e transformar a população negra e dos bairros periféricos em principais vítimas das prisões e assassinatos.

A pesquisa “Pele Alvo: a cor da violência policial”, da Rede de Observatórios da Segurança, divulgada em dezembro de 2021, revelou que 98% das mortes por ações policiais ocorridas na Bahia, em 2020, eram de pessoas negras.

Os governadores do PT deram continuidade à política de segurança pública dos governos anteriores da velha oligarquia carlista (liderada por Antônio Carlos Magalhães), com uma polícia livre para prender, matar, humilhar, invadir casas de trabalhadores pobres e negros e usar o método operandi de relacionar as vítimas ao tráfico. Uma polícia “boazinha” que só reage aos ataques.

O SILENCIO DOS MOVIMENTOS NEGROS

Em meio a esse massacre do povo negro, trabalhador e pobre, há um enorme silêncio das entidades e coletivos dos movimentos negros.

Com o assassinato da iorixá e líder quilombola Mãe Bernadete, em agosto passado, foram

obrigados a realizar protestos; mas não se enfrentam com o governador Jerônimo Rodrigues (PT). Em geral, ficam no campo da denúncia abstrata contra a polícia, como se ela não fosse controlada pelo governo estadual.

Agem assim porque são parte desse governo. Ocupam cargos em secretarias e gabinetes. Perderam a independência política. Tornaram-se corresponsáveis por essa situação.

Por isso, fazemos um chamado aos ativistas de base desses coletivos e entidades a romperem com o governo de Jerônimo Rodrigues, organizarem a luta por baixo, junto às comunidades, e de forma independente.

É preciso construir uma forte oposição de esquerda ao governo de Jerônimo, a começar pela denúncia de sua política de segurança pública, para que não seja a direita neocarlista (ACM Neto) ou bolsonarista (João Roma) que capitalize, de maneira oportunista, o descontentamento com os governos do PT e suas medidas antipopulares.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/457UKPS](https://bit.ly/457UKPS)**

SEM ATRELAMENTO

Nenhuma confiança no governo do PT

Não podemos depositar nenhuma confiança no governo de Jerônimo Rodrigues (PT). Ele é o principal responsável por essa política de segurança que mata o povo negro, pobre e trabalhador das periferias.

São as comunidades que estão sofrendo com essas operações belicistas: escolas e postos de saúde fechados, ônibus sem circulação e pessoas impedidas de irem ao trabalho. Enquanto que aqueles que lucram com o tráfico seguem numa boa, nos condomínios de luxo, sem a polícia metendo os pés em suas portas, sem balas atingindo seus filhos.

É preciso derrotar essa política, a mesma que há anos é aplicada no Rio de Janeiro, que não resolve o problema da violência, que é um problema social e não bélico. É preciso garantir emprego, educação de qualidade e perspectiva de vida para os jovens, que hoje são presas fáceis do narcotráfico.

SAÍDA

Combater a violência policial e o genocídio

Para combater a violência policial e o genocídio do povo negro, é preciso levantar um programa de raça e classe, independente da burguesia e seus governos.

É preciso, de maneira imediata, implantar câmeras de monitoramento em todos os policiais. Mas isso não é suficiente. É preciso defender a desmilitarização das polícias e o fim da PM, com o controle social das polícias pelas organizações populares e a eleição de seus comandantes, garantindo o



direito de sindicalização e greve aos policiais.

Junto a isso, é preciso pôr um fim à “guerra às drogas”, que, na verdade, é uma guerra aos pobres, que só serve ao extermínio da juventude pobre e negra e ao encarceramento em massa.

É necessário, também, revogar a Lei de Drogas, aprovada em 2006 pelo governo Lula, e descriminalizar as drogas, para combater o narcotráfico. Paralelo a isso, é preciso incentivar e organizar a autodefesa dos de baixo para responder à violência dos de cima.

DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

É preciso tomar as ruas e exigir a legalização, já!

Voto da ministra Rosa Weber foi importante, mas não devemos esperar pelo STF

 **ÉRIKA ANDREASSY,**
DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES

No dia 22 de setembro, a Ministra Rosa Weber, relatora, no Supremo Tribunal Federal (STF), da ação movida pelo PSOL, que pede a descriminação do aborto até 12 semanas, votou a favor da matéria, argumentando que a criminalização fere direitos fundamentais das mulheres, como a autodeterminação pessoal, a liberdade e a intimidade.

Além de reconhecer que a maternidade deve ser uma es-

colha e não uma imposição, ressaltou que a proibição não é eficiente para evitar abortos, sendo mais adequado investir em políticas públicas de prevenção à gravidez indesejada, como Educação Sexual.

Lembrou, ainda, que o Código Penal brasileiro, que criminaliza o aborto, é da década de 1940 e quando foi aprovado, nós mulheres “não tivemos como participar ativamente da deliberação sobre questão que nos é particular (...); não tive-

mos como expressar nossa voz na arena democrática. Fomos silenciadas!”, disse a ministra.

O voto de Rosa Weber tem grande importância, pois trata-se de um posicionamento em favor dos direitos das mulheres, reforçando a luta pela legalização. Contudo, nada está assegurado. Pelo contrário. Dos 10 ministros do STF que ainda não votaram, apenas Luís Roberto Barroso e Edson Fachin já se manifestaram pela descriminação. Portanto, é pouco provável que a matéria avance na corte por enquanto.



O julgamento, inclusive, foi suspenso por pedido de destaque de Barroso, que sucederá Weber na presidência do STF após sua

aposentadoria, em 2 de outubro. Com isso, o debate deverá prosseguir em sessão presencial do plenário, ainda sem data definida.

AS REAÇÕES AO VOTO

Estardalhaço da direita e silêncio do governo petista

Setores conservadores viram o voto como uma verdadeira afronta e já começaram a se mobilizar. No Congresso, a pauta voltou a ser discutida logo após a manifestação da ministra, com um grupo de deputados e senadores lançando uma Frente Parlamentar mista contra o aborto.

A estratégia é acelerar propostas que vão contra o aborto. Atualmente, 195 projetos de lei relacionados ao tema tramitam

no Legislativo. Um deles é o que cria o “Estatuto do Nascituro” – a proposta absurda que institui direitos civis e penais a embriões, dentro ou fora da barriga da mãe – e está pronto para ser levado ao plenário da Câmara. Parlamentares tentam agilizá-lo e contam com mais de 180 assinaturas, das 257 necessárias, para propor um requerimento de urgência para sua votação.

Já o arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, usou as redes sociais para sustentar a posição da Igreja Católica contra o direito ao aborto e pressionar pela proibição. No mesmo dia em que Rosa Weber manifestou seu voto, ele publicou uma imagem com os dizeres: “Momento em que um FETO chamado João Batista reconheceu um EMBRIÃO chamado Jesus!”, que remete ao

momento narrado na Bíblia, em que Isabel, grávida de João Batista, toca na barriga de Maria e João se agita por ter reconhecido Jesus.

Enquanto políticos de direita criticam o voto de Weber e articulam um plebiscito pela proibição do aborto, o governo Lula mantém um silêncio ensurdecedor. Vale lembrar que, em junho, a ministra das Mulheres Cida Gonçalves conce-

deu uma entrevista para o portal “O Tempo”, onde salientou que defende o que está previsto na lei e que “não temos e não queremos influenciar em uma decisão da Suprema Corte”.

Ou seja, o governo petista não só não deve mover uma palha em defesa da descriminação (o que dirá da legalização!), como, inclusive, defende que se mantenha a lei como está.

28 DE SETEMBRO

Tomar as ruas e exigir a legalização

Se por um lado não devemos depositar esperanças no STF, por outro, temos um dos parlamentos mais reacionários da História, o que significa que devemos nos preparar para ataques vindos Congresso. Isso não significa que a batalha está perdida, o próprio voto de Rosa Weber indica que a opinião pública pode mudar, a depender da atuação dos movimentos.

Pesquisa recente apontou que o percentual da população favorável à legalização caiu. Isso, provavelmente, é fruto da ofensiva ideológica por

parte dos conservadores, apoiados principalmente nas igrejas evangélicas e católica.

Mas esse quadro pode ser revertido, a partir de uma forte campanha defendendo o aborto como uma questão de saúde pública e um de direito das mulheres, assim como vem ocorrendo em outros países, como México, Argentina e Colômbia, que conquistaram a descriminação e/ou legalização.

No próximo dia 28 de setembro, em várias cidades, ocorrerão manifestações da Frente Nacional pela Legalização do

Aborto, da qual somos parte, junto com vários outros setores que defendem essa pauta.

Nesse dia, devemos tomar as ruas, numa maré verde, em defesa do aborto seguro e gratuito para salvar a vida das mulheres trabalhadoras e pobres, principais vítimas da descriminação, e como o pontapé para uma grande campanha em defesa desse direito.

Também devemos utilizar esse dia para denunciar o silêncio do governo Lula, que só contribui para reforçar a estratégia conservadora contra o aborto, e



exigir que ele se posicione firmemente e impulsionne, a partir do poder Executivo, uma campanha nacional pela legalização do aborto. É pela vida das mu-

lheres, pelo direito de decidir sem correr o risco de morrer!

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3ERMDKc](https://bit.ly/3ERMDKc)**

JUVENTUDE

O movimento estudantil diante da primeira greve da USP em meia década



REBELDIA – JUVENTUDE DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, DE SÃO PAULO

Os estudantes da Universidade de São Paulo (USP) estão entrando na segunda semana de sua greve, aprovada em uma assembleia geral, em 19 de setembro.

O principal motivo para a greve é a falta de professores. Hoje, a universidade vive em um verdadeiro processo de desmonte. De acordo com dados da própria instituição, entre 2014 e 2023, o número de professores caiu quase 20%, enquanto o número de alunos aumentou cerca de 3%.

Vários cursos simplesmente não possuem mais professores para que possam continuar suas atividades. O caso da habilitação em Coreano, um dos cursos do Departamento de Letras, que foi

o primeiro a se mobilizar, é bastante simbólico: devido à falta de professores, o departamento já anunciou que não abrirá mais novas turmas nesse próximo semestre. Ou seja, o curso simplesmente deixará de existir, tendo em vista que não há professores.

Na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), há vários cursos que enfrentam uma situação de colapso similar e uma série de outros que, mesmo ainda estejam mantendo suas atividades, enfrentam um sério déficit de professores, o que vem causando um atraso na graduação dos alunos. Prova de que esta situação não é exclusiva da FFLCH foi a rapidez com que a greve se alastrou para



outras unidades da USP.

O sentido inicial de nossa luta, portanto, é a pura e simples defesa de nosso direito de

termos aulas e nos formarmos. Frente ao desmonte de nossa universidade, os estudantes estão dizendo que não aceitarão

calados a situação e estão se colocando em movimento nesta que é a primeira greve da USP desde 2018.

UM PROJETO NEFASTO

Quem manda na universidade e contra quem lutamos?



A USP é uma universidade pública, estadual, que é controlada por uma reitoria que, hoje, tem à frente Carlos Gilberto Carlotti. Diante da mobilização dos estudantes, essa reitoria vem se mostrando totalmente intransi-

gente. O reitor Carlotti não apenas se recusa a atender nossas demandas, mas também tem ido à televisão para contar mentiras, fazendo de conta que tudo está bem na universidade.

Estamos lutando pela sobrevi-

vência da universidade e o reitor que a dirige parece não se importar. O que pode explicar o fato de que um reitor parece estar até ansioso para destruir a universidade que ele próprio dirige? A resposta à esta pergunta é profunda. É uma das primeiras lições que tiramos de nossa mobilização.

DESMONTE E O PROJETO PRIVATISTA

Primeiro, o processo de desmonte que vivenciamos, hoje, na USP, não é algo isolado do que vêm acontecendo no resto de São Paulo e do Brasil. A USP é uma universidade estadual e como todos os estudantes estão

aprendendo, o reitor e a burocracia que mandam na universidade não são mais que capachos do governo de São Paulo, hoje comandando por Tarcísio Freitas (Republicanos), um dos principais expoentes da extrema-direita bolsonarista, genocida e racista. Sua administração possui como carro-chefe, precisamente, a privatização dos serviços públicos.

Por isso está comandando o projeto de privatização do Metrô, da Sabesp e da CPTM. Tarcísio é quem, hoje, dá as ordens para a reitoria que controla a USP. Assim, o desmonte da universidade não é acidental: é parte de todo

um projeto de privatização. Uma proposta de, aos poucos, ir minando o funcionamento da universidade, que hoje é pública, abrindo cada vez mais espaço para a iniciativa privada.

Compreender as causas de fundo da situação que vivemos na USP é fundamental, pois dá um sentido e um rumo diferentes para nossas lutas. Se queremos impedir o desmonte de nossa universidade, temos que, necessariamente, nos enfrentarmos com esse projeto privatista neoliberal, que visa apenas beneficiar os bilionários e super-ricos que controlam tudo em nossa sociedade.

REALIDADE NACIONAL

No Brasil de Lula, a Educação também está ameaçada

O problema é que esse projeto é defendido por pessoas, partidos e governos. Tarcísio é um dos principais defensores dele, porém não é o único. Lula e o PT, apesar de dizerem ser de esquerda e defensores dos trabalhadores, também aprovaram a privatização do

metrô de Belo Horizonte (MG) e defendem o Novo Ensino Médio, que visa atacar a Educação pública básica.

Também defendem as Parcerias Público Privadas (PPPs), que são outro nome para programas de privatização. E propuseram, apro-

varam e vêm implementando o novo Arcabouço Fiscal, que nada mais é do que a submissão total do orçamento federal público ao pagamento das dívidas aos banqueiros, nacionais e internacionais.

Todos estes projetos neoliberais têm como único objetivo be-

neficiar os bilionários, em detrimento do restante da sociedade. Por isso, se quisermos ser vitoriosos na USP e evitar o desmonte da nossa universidade, somos obrigados a vincular nossa luta a um combate mais geral, contra os projetos neoliberais que estão

sendo defendidos e implementados em nossa sociedade.

Isto implica em construirmos, também, um programa de oposição, de esquerda, a todos esses governos que são os responsáveis diretos pela implementação desses projetos e pelos ataques que vivemos.

MESMO PROJETO

Generalizar a luta é o próximo passo



Os mesmos projetos neoliberais que buscam destruir a USP também estão sendo aplicados ao conjunto das universidades do país. Vemos situações similares, de falta de professores e ausência de políticas de permanência (como auxílio para moradia, alimentação, transporte etc., que permitam que os estu-

dantes, principalmente os da periferia e do ensino público, frequentem os cursos), em quase todas as instituições de ensino superior públicas.

Mesmo que a USP seja uma universidade estadual, o projeto de desmonte da educação pública é, em última instância, um projeto nacional.

Quando o governo federal

bloqueou R\$ 332 milhões do orçamento da Educação, no mês passado, não estava fazendo mais do que seguindo a lógica do novo Arcabouço Fiscal. Ou seja, para garantir o pagamento das dívidas aos banqueiros, todos os outros gastos são secundários. É contra essa lógica que, no final das contas, estamos lutando.

UNIDADE

Em defesa da Educação, é preciso unificar as lutas

Se as universidades do país inteiro sofrem juntas, vitimadas pelo mesmo projeto, é necessário, em contrapartida, que nós o enfrentemos também de forma unificada. A USP, sozinha, pode fazer a luta que for, porém será apenas através da unificação com o restante do movimento estudantil, mobili-

zado contra os ataques que a Educação vem sofrendo, que poderemos ser vitoriosos.

Por isso, é fundamental lutarmos pela generalização das lutas que estamos vivendo em todo o país. E mais: buscar construir, na luta, pontos em comum com outros setores das universidades. Vemos isso, hoje, na

USP: a necessidade de construir uma luta em comum, não apenas com os estudantes de outros cursos, mas também com os professores e funcionários, que são igualmente afetados pelo desmonte da universidade.

E dizemos mais: é necessário que essa luta se unifique, também, com os tra-

balhadores das demais categorias, como os trabalhadores do Metrô, da Sabesp e da CPTM. Aqui se trata de uma mesma grande luta, contra um mesmo inimigo, que busca implementar um mesmo projeto de privatizações e desmonte dos serviços públicos.

Entender quem são nos-

sos inimigos e quem são nossos aliados é um passo fundamental de nossa luta. Por isso, chamamos não apenas à aliança com os demais setores da universidade, mas também da sociedade para, juntos, construirmos não apenas a maior greve que a USP já viu, mas também que esse país já viu.

COM REBELDIA

É necessário superarmos as antigas direções do movimento

Há um último importante aprendizado de nossa luta na USP. Se é necessário generalizarmos nossas lutas, unificando com outros setores da universidade, e inclusive da sociedade, também é verdade que, nisso, há um peso decisivo colocado pelas direções do movimento.

LETARGIA

O que vimos na USP foi uma letargia total das entidades “oficiais” do movimento estudantil. Tivemos uma série de lutas na universidade que sequer passaram pelos fóruns tradicionais do movimento estudantil, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Centros Acadêmicos (CAs).

Têm responsabilidade fundamental nisso os coletivos de juventude que dirigem o DCE e os principais CAs da USP: o Juntos (MES/PSOL), a União da Juventude Comunista (PCB-RR) e Correnteza (Unidade Popular). Não que esses cole-



tivos foram contra as lutas. Porém, o dia-a-dia da construção no movimento foi totalmente aquém das necessidades da mobilização.

Precisamos construir direções em maior sintonia

com as necessidades dos estudantes. O caso da Letras, na USP, é um exemplo disso. Neste departamento, o CA, construído pelo Rebeldia e uma série de outros estudantes independentes, vem

servindo, desde o começo do ano, como um ponto de apoio para a auto-organização dos estudantes. Tem sido um articulador e impulsor das lutas.

Essa tem que ser a lógica com a qual precisamos construir uma nova direção para o movimento. Pois, as direções que construímos para dirigir nossas batalhas fazem, sim, muita diferença em relação aos rumos que elas tomam. Isso ficou mais do que demonstrado nesses últimos meses na USP.

TRANSFORMAR A INDIGNAÇÃO EM REBELDIA REVOLUCIONÁRIA

Não temos dúvidas de que a luta dos estudantes tem que se massificar, expandir e se unificar com outras. Porém, para que isso aconteça, temos uma tarefa imprescindível diante de nós: superar as atuais direções do movimento estudantil.

É por isso que fazemos um chamado para você, estudante, jovem, trabalhador, negro, mu-

lher, LGBTQIA, neuro-divergente, explorado e oprimido. Construimos, juntos, uma alternativa para o movimento estudantil.

Uma alternativa que seja pautada pela defesa dos nossos direitos. Mas, mais do que isso. Que busque fazer a ponte entre essas lutas e as demais lutas da sociedade. O que significa, no fim, enfrentar todos os projetos neoliberais que estão sendo implementados na nossa sociedade, os governos e seus capatazes. Significa enfrentar toda a lógica capitalista que domina nossa sociedade.

Que as lutas recentes demonstrem que não há nenhuma lei que diga que não temos força para mudar as coisas. Que a atual greve sirva, também, para reafirmarmos que é possível transformar nossa indignação em ação revolucionária! Venha com a gente construir o Rebeldia!

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/48TW7UF](https://bit.ly/48TW7UF)**

3 DE OUTUBRO

Dia de luta contra as privatizações e os ataques aos serviços públicos dos governos



DA REDAÇÃO

Neste momento, vários setores e categorias, estaduais e nacionais, protagonizam mobilizações cujas bandeiras englobam especialmente a luta contra as privatizações, a precarização dos serviços públicos e a luta por salários e direitos. Mobilizações que precisam confluir e se unificarem em uma jornada nacional, no dia 3 de outubro.

É o caso dos trabalhadores do Metrô, da CPTM (trens) e da Sabesp (a estatal de água e esgotos de São Paulo), que definiram paralisação, no dia 3, contra os planos de privatização do governo bolsonarista de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

No estado, essa data também deve ser engrossada pelos estudantes, professores e funcionários da Universidade de São Paulo (USP), que estão em greve por tempo indeterminado contra o fechamento de cursos, a falta de professores e estrutura na universidade.

Em outros estados também ocorrem lutas. Em Porto Alegre (RS), há a mobilização contra a privatização da Carris, a companhia de transporte público. Em Minas Gerais, há uma luta

contra os planos de privatização do governo Zema (Novo), que já enviou projetos de vendas de estatais como a Cemig (energia), Copasa (saneamento) e Gasmig (gás).

No Rio de Janeiro, os estudantes da Universidade Estadual (UERJ), também estão lutando em defesa dos auxílios estudantis. Já os trabalhadores da Petrobras marcaram mobilização, no Rio de Janeiro, de caráter nacional, em defesa das estatais e do serviço público, pegando como mote o aniversário de 70 anos da estatal.

No dia 16, a plenária de servidores públicos federais também aprovou paralisação no dia 3, com manifestação em Brasília e nos estados, em defesa dos serviços públicos, por reajustes e contra a ameaça da Reforma Administrativa, anunciada pelo presidente da Câmara Arthur Lira (Progressistas).

UNIFICAR AS LUTAS CONTRA TODAS AS PRIVATIZAÇÕES

Parte das direções com quem trabalhamos juntos na construção do dia 3, contudo, estão atuando apenas contra as privatizações dos governos estaduais. Ao apoiarem o governo federal, atuam para, de um lado, dar vazão às lutas e



mobilizações que ocorrem por baixo; mas, por outro, buscam direcioná-las unicamente contra os governos estaduais e municipais da direita.

Tentam, assim, enquadrar esses processos, querendo que não fujam ao controle, se limitem a um protesto e, ainda, os favoreçam na futura disputa eleitoral, em 2024, preservando o governo Lula e governos estaduais do PT, como o da Bahia, que, seja em relação às privatizações ou às chacinas poli-

ciais, não deve nada aos bolsonaristas Tarcísio ou ao carioca Cláudio Castro (PL).

O descontentamento existe e faz que algumas mobilizações já nasçam sem o tal controle, como é o caso da greve na USP, ou a incorporação dos servidores federais no dia 3, que pressionaram e votaram em plenária nacional a adesão a este dia de luta, o que, além de reforçar o caráter nacional da data, entra em confronto com o governo Lula.

Esse processo de unificação das mobilizações é fundamental e é preciso que se avance ainda mais. Da mesma forma, é necessário fortalecer esse movimento, para que não fique apenas num dia de lutas e para que sejam colocadas em pauta as privatizações encabeçadas pelos governos estaduais, mas também pelo governo Lula, pois ambos fazem parte do mesmo processo de entrega, destruição dos serviços públicos e desnacionalização.

CONJUNTURA

O descontentamento embaixo

O relativo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste último período, associado à desaceleração da inflação, mesmo que estacionada na estratosfera, garantiu um certo sentimento de alívio. Isso se reflete nos índices de aprovação do governo.

No entanto, embaixo, seguem o desemprego em massa, mascarado pela precarização, a uberização e a informalidade, assim como um salário mínimo de fome e uma queda na renda que, pós-pandemia, está longe de ser recuperada. Esse respiro na economia, porém, possibilita e garante uma confiança para que setores da classe lutem, tanto contra os ataques que vêm sofrendo, como por melhores condições de salários e direitos.

Do ponto de vista político, o isolamento do bolsonarismo, ainda que continue contando com apoio significativo e esteja longe de estar morto, abre mais espaço para que a classe vá à luta e deixe de ser justificativa

para que as direções atreladas ao governo não mobilizem, ainda que de forma limitada, tentando controlar ao máximo e impedindo que se choquem com o governo Lula.

A escolha de Lula em governar com o Centrão de Lira, entregando ministérios, como o dos Esportes, ao deputado André Fufuca (Progressistas), cabo eleitoral de Bolsonaro, por sua vez, vem comprovando a escolha que o governo petista fez e mina a confiança de setores cada vez mais amplos, principalmente daqueles que se mobilizam.

A realidade vem mostrando, porém, que a única forma de enfrentar de maneira consequente os ataques que estamos sofrendo e melhorar as condições de vida passa por derrotar essa política econômica que atende aos banqueiros, bilionários e o imperialismo. Esta é também a única forma, inclusive, de derrotar para valer a extrema direita, ao mudar as condições para que ela não se fortaleça e volte lá na frente.

PRIVATARIA

Governo Federal também avança nas privatizações, colocando saneamento, portos e até presídios à venda

É preciso enfrentar as privatizações levadas a cabo pelos governos estaduais da direita e, também, do PT. Mas, é necessário enfrentar também o governo Lula, pois esse processo é nacional. É preciso exigir que o governo federal pare as privatizações, reverta as que foram feitas e revogue as PPPs (Parceria Público-Privadas), que nada mais são que uma forma de entregar serviços públicos à iniciativa privada.

Exemplo disso é a recente venda da Eletrobrás, que entregou um setor estratégico ao capital privado, incluindo, aí, o trio de bilionários picaretas que afundaram as Americanas através de fraudes bilionárias (Leemann, Telles e Sicupira).

O chamado Novo Marco do Saneamento, aprovado em 2020, está privatizando a água e o esgoto. A privatização, além de piorar e encarecer serviços tão essenciais à população, significa o aprofundamento da desnacionalização, ao entregar o setor aos monopólios e grandes grupos capitalistas estrangeiros.

O governo Lula não só não



atua para reverter essas privatizações, como avança nessa entrega. O "novo marco" das PPPs, editado em abril, amplia o rol de setores passíveis de entrar nas PPPs, incluindo, além da Educação, da Saúde e o próprio saneamento, até mesmo presídios, como é o caso do Presídio de Erechim (RS), cujo leilão está marcado para o dia 6 de outubro e é fruto de uma parceria com o governo de Eduardo Leite (PSDB).

LULA, PARE AS PRIVATIZAÇÕES!

O governo federal poderia, caso tivesse interesse, barrar as privatizações que vêm ocorrendo nos estados, como é o caso do Metrô em Belo Horizonte e demais cidades onde a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), controlada pelo Ministério das Cidades, vem sendo privatizada. Ou, também, reverter as entregas de portos e aeroportos. Mas, ao invés disso,

acabou de entregar o ministério a Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), do partido de Tarcísio.

Não é possível, da mesma forma, lutar contra a precarização dos serviços públicos sem derrotar o Arcabouço Fiscal, o novo Teto de Gastos, que impõe um regime de austeridade para priorizar o pagamento da dívida aos banqueiros.

O governo Lula deveria, e é preciso exigir que as direções incorporem essa reivindicação, se posicionar contrário às priva-

tizações nos estados, revogar o projeto das PPPs, desautorizar os governadores do PT a privatizarem e convocar um plebiscito nacional para que o povo pudesse se pronunciar contra a entrega aos monopólios estrangeiros da água, da luz, dos portos, da Saúde, da Educação, dos transportes e demais serviços públicos.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/48HOG3G](https://bit.ly/48HOG3G)**

PROGRAMA

Fim das PPPs, das privatizações e terceirização, e reestatização sob controle dos trabalhadores



É necessário exigir que o governo Lula pare, já, as privatizações, começando por retirar o projeto das PPPs; incluindo, aí, as medidas que entregam os serviços públicos à iniciativa privada, como Saúde e Educação.

Neste mesmo sentido, é preciso também exigir a revogação por completo da Reforma do Ensino Médio, tirando o bilionário Leemann do Ministério da Educação.

Também é fundamental exigir a reestatização das em-

presas privatizadas e desnacionalizadas e uma Petrobras 100% estatal, sob o controle dos trabalhadores. Ao invés de privatizar o saneamento, é necessário colocar as estatais, como a Sabesp, sob o controle dos trabalhadores e da população.

Agora, para, de fato, universalizar a água e o tratamento de esgoto para todos, é preciso investir. E, para isso, é preciso tirar o dinheiro dos ricos, sobretaxando-os, não pagando a dívida pública e não entregando a eles as riquezas nacionais para que rapinarem o país e eschorcharem o povo.

ESTRATÉGIA

É preciso construir uma alternativa revolucionária e socialista

Junto a esse processo de lutas e mobilizações, é preciso construir uma alternativa de independência de classe, socialista e revolucionária, que possa firmar um contraponto à extrema direita e se colocar, de forma categórica, como oposição de esquerda.

Estamos assistindo ao fiasco de governos reformistas na América Latina, com a iminente possibilidade da ascensão da ultradireita na Argentina. Por aqui, o bolsonarismo segue vivo, e vai capitalizar o inevitável desgaste do governo Lula, caso não haja uma alternativa à esquerda.

O governo Lula, ao não enfrentar os monopólios nacionais e internacionais, mas, ao contrário, governar para eles, aprofundando a desnacionalização, perpetua uma situação em que, no quinto governo petista, metade da população ainda não tenha saneamento.

A única forma de mudar, de fato, e lançar definitivamente a extrema direita de volta ao esgoto de onde nunca deveria ter saído, é alterando por completo esse sistema que, há 500 anos, só trouxe miséria, exploração e opressão. E o caminho para isto é uma revolução e um governo socialista dos trabalhadores.

OS TERMÔMETROS INDICAM

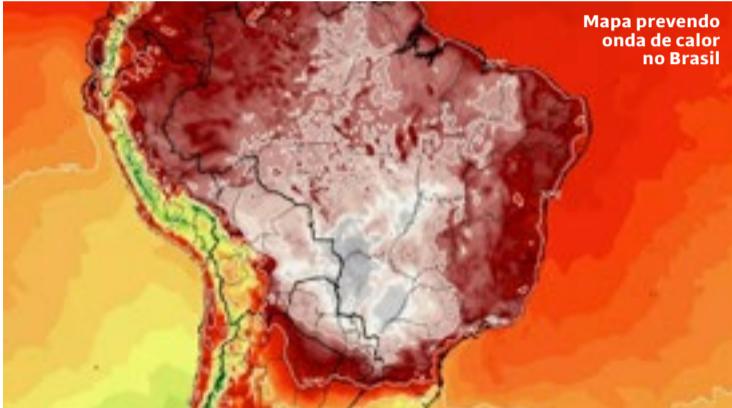
Ou revolucionamos a sociedade e as forças produtivas ou iremos encarar a barbárie



**JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO**

Uma onda de calor se abateu no país nos últimos dias de inverno e começo da primavera. Em muitas regiões os termômetros se aproximaram ou superaram os 40°C. Algo bastante incomum para essa época do ano. Foram registrados recordes de calor para o mês de setembro em várias capitais, como em Belo Horizonte e São Paulo. O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu alertas de “grande perigo” para áreas localizadas em nove estados do país.

Nos bairros populares, a sensação térmica é muito maior, pois as condições precárias de moradia; as construções estrei-



tas, coladas umas nas outras; a falta de ventilação e de arborização; contribuem decisivamente para torná-los mais quentes e a população mais vulnerável às ondas de calor.

Já no Sul do país, foram registradas chuvas torrenciais e inundações arrasadoras. De acordo com o Inmet, este se-

tembro se tornou o mês mais chuvoso em Porto Alegre (RS) em 107 anos. Até o último dia 26, o acumulado de chuva na capital gaúcha já registrava 413,8 milímetros.

As cidades do interior do estado também estão sendo castigadas por ciclones e enchentes, que já provocaram

49 mortes, 10 desaparecidos e muita destruição. Já o Noroeste da Amazônia registra uma das maiores estiagens de sua história, um cenário que aumenta ainda mais os focos de incêndio (leia ao lado).

CRISE CLIMÁTICA ACENTA A VULNERABILIDADE SOCIAL

O número de vítimas das tragédias naturais ao redor do mundo não para de crescer. A recente tragédia na Líbia, em 10 de setembro, foi causada por chuvas torrenciais que romperam uma represa, matando entre 10 e 20 mil pessoas.

O planeta vive sob os efeitos do El Niño, um fenômeno climático que aquece as águas do Oceano Pacífico e provoca

alterações no clima em escala global, como o que estamos vendo no Brasil, na Europa e América do Norte. Mas o aumento da intensidade e da frequência do El Niño estão relacionados ao aquecimento global, ocasionado pelo consumo de combustíveis fósseis. Basta verificar o gráfico ao lado para ver que os últimos El Niño foram os mais quentes já registrados.

Soma-se a isso a precariedade das condições de moradia e de trabalho da população pobre, a completa ausência de políticas governamentais para prevenir desastres e a implementação de políticas neoliberais privatistas, que deixam os trabalhadores pobres ainda mais vulneráveis às catástrofes.

ROMPENDO LIMITES

Capitalismo está prestes a abrir as portas do inferno

Os alertas da ciência são taxativos: para evitar que as portas do inferno se abram, o planeta precisa limitar o aquecimento em 1,5°C ou a 2°C, em relação aos níveis pré-industriais (1850 a 1900). Para isso, o mundo precisa de uma redução de emissões de gases-estufa de 43%, até 2030, e de 60%, até 2035 (em comparação a 2019) e, finalmente, chegar próximo das emissões zero, em 2050.

Mas não estamos caminhando nesta direção. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), o planeta já aqueceu 1,1°C. E é bem provável que o limite de 1,5°C seja ultrapassado na próxima década.

E vale lembrar que, quando falamos no limite de 1,5°C, estamos nos referindo à média mundial. Em muitos lugares da Terra esse limite já foi ultrapassado. No sertão brasileiro

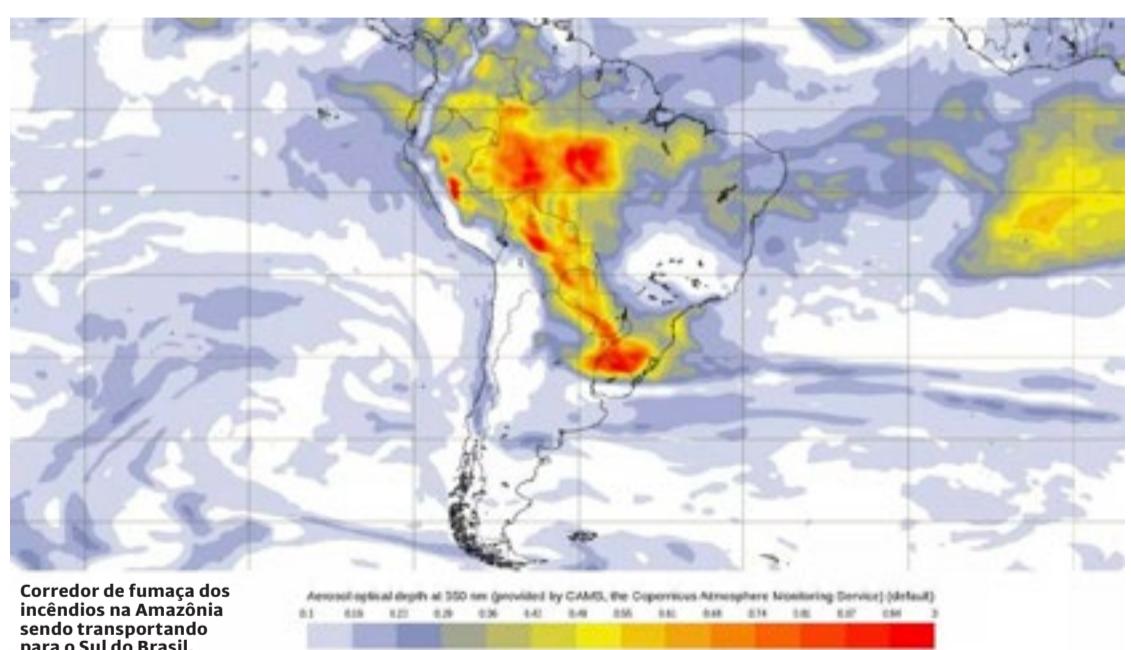
(áreas do cerrado e da caatinga), por exemplo, um estudo da Universidade de São Paulo (USP) apontou que a temperatura já está em torno de 2,5°C acima da média global.

SE DEPENDER DO CAPITALISMO, DIAS PIORES VIRÃO

Projeções dos modelos climáticos mostram que o aquecimento acima de 1,5°C aumentará drasticamente o risco de incêndios florestais, de elevação do nível do mar, de terríveis inundações e fortes períodos de secas, com implicações no colapso dos sistemas alimentares, na saúde humana e na própria produtividade do trabalho.

Ou seja, hoje, o que estamos vendendo é uma pálida prévia de uma tragédia que está sendo produzida pelo capitalismo e que pode se abater sobre a humanidade.

Segundo uma publicação da UNFCCC (sigla em in-



glês para Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima), do dia 8 de setembro, caminhamos perigosamente para um aumento de 2,4°C a 2,6°C na temperatura média global, em relação aos níveis anteriores à Revolução Industrial.

Isso pode acionar pontos de rupturas no sistema climático. Um limite que, se ultrapassado, levará a grandes e muitas vezes irreversíveis mudanças no clima mundial.

Exemplos disto seriam a conversão da Amazônia em uma savana degradada, o derretimento das camadas

de gelo da Groelândia e da Antártida (com a consequente subida do nível do mar em um metro ou mais), o descongelamento do permafrost (solo congelado no Ártico, que pode liberar ainda mais carbono na atmosfera) e o aquecimento irremediável dos oceanos, cujos efeitos seriam catastróficos.

INSANIDADE

Previsão é de aumento do consumo de combustíveis fósseis

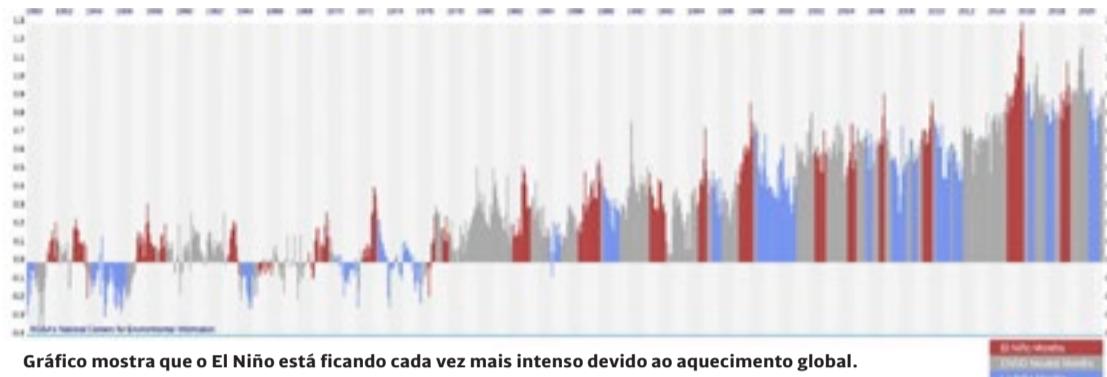


Gráfico mostra que o El Niño está ficando cada vez mais intenso devido ao aquecimento global.

A despeito dos alertas da ciéncia e mesmo do desenvolvimento de energias renováveis que não emitem carbono, o consumo de combustíveis fósseis vai crescer. Segundo um relatório de 2022 da Agência Internacional de Energia (AIE) [https://iea.blob.core.windows.net/assets/830fe099-5530-48f2-a7c1-11f35d510983/WorldEnergyOutlook2022.pdf], o consumo global de petróleo aumentará de 94 milhões de

barris por dia, em 2021; para cerca de 102 milhões de barris, até 2030.

Como consequênci, ainda de acordo com a Agência, as emissões de dióxido de carbono aumentarão de 19,5 mil milhões de toneladas (2020) para 21,6 mil milhões de toneladas (2030).

Embora façam bonitos discursos contra o aquecimento global, os governos vêm planejando a ampliação da ex-

ploração de petróleo até o fim dessa década, tal como o Projeto Willow, defendido por Joe Biden, um dos maiores planos de exploração de petróleo da história, no Alasca, que pode lançar 278 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera. Ou, ainda, a exploração da Margem Equatorial na Amazônia, defendida por Lula.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3EWAIQ](https://bit.ly/3EWAIQ)

CAPITALISMO DO DESASTRE

Colapso do clima vai produzir ondas de refugiados

Ondas mortais de calor mais frequentes também podem provocar imensas ondas de refugiados climáticos. A ONU estima que mais de 250 milhões de pessoas serão obrigadas a se deslocarem no curso deste século, em razão das mudanças no clima.

Também vai ficar cada vez mais difícil garantir água potável e alimentos para 11 bilhões de habitantes do planeta, como previsto para 2100. A isso se combinam as “soluções neoliberais”, com a privatização da água, que levará a uma menor distribuição de água nas áreas mais pobres.

Quanto aos refugiados do clima, os países imperialistas já estão se preparando para enfrentar essa “invasão”, investindo massivamente na militarização de suas fronteiras e produzindo todo um complexo de empresas privadas que faturam bilhões na construção de centros de detenção, tecnologia e de vigilância.

Os capitalistas não vão resolver a crise climática. Ao contrário, vão aproveitar para lucrar com o desastre. Como disse o pai do neoliberalismo Milton Friedman, dias após o furacão Katrina arrasar a cidade de Nova Orleans, no Sul dos Estados Unidos, em 2004: “a tragédia é uma chance de abrir novas oportunidades”. De negócios, é claro.

SECA E INCÊNDIOS

Cinzas da Amazônia caem no Centro Sul do Brasil



Nessas últimas semanas, ao invés da umidade da floresta amazônica, é a fuligem das queimadas que está sendo carregada pelos ventos até as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

No lugar dos “rios voadores”, os satélites estão captando “rios de cinzas”. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, os primeiros vinte dias de setembro registraram 5.224 focos de calor. O número supera, em muito, a média histórica de 1998-2022, que foi de 3.003 focos de calor.

Grandes áreas da Amazônia apresentam chuvas muito abaixo do esperado para esta época do ano. O resultado é que inúmeros rios secaram e muitas

comunidades ficaram sem ter como se deslocarem porque a navegação ficou inviável.

O AGRONEGÓCIO CAVA SUA PRÓPRIA SEPULTURA

Um planeta mais quente e o desmatamento podem converter a Amazônia em uma savana, o que vai afetar o regime de chuvas no Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, bem como no Norte da Argentina. A diminuição da umidade produzida pela Amazônia afetaria,

no Brasil, as regiões com maior produção agrícola e industrial, bem como o abastecimento de água e a produção de energia onde se concentram as maiores cidades do país.

Tudo isto teria consequências devastadoras sobre os monocultivos do agronegócio. Se o aquecimento persistir, fazendo com que o número de dias com temperatura máxima de 34°C corresponda a 200 dias por ano, boa parte da agricultura brasileira se tornará inviável. Culti-

vos como o do café, laranja e feijão sequer floresceriam nessas circunstâncias. A criação de gado na Amazônia seria inviável, devido ao calor extremo.

Não deixa de ser trágico o fato de que a expansão desse tipo de agricultura seja um dos principais responsáveis pelo aumento do desmatamento da Amazônia. Assim os representantes do agronegócio cavam sua própria sepultura, numa inequívoca evidência sobre a total irracionalidade da produção capitalista.

DISJUNTIVA

Socialismo ou a barbárie climática

O capitalismo não pode combater o aquecimento global. Enquanto falam em transição energética, os governos continuam a conceder enormes subsídios às petroleiras. A chamada transição energética com o desenvolvimento de fontes renováveis de energia serve para abrir uma nova frente de acumulação do capital e, a médio

prazo, apenas resultará em um “mix energético” (combinação entre fontes de energia renováveis e fósseis), insuficiente para deter o aquecimento.

A luta contra o colapso ambiental precisa ser assumida pela classe trabalhadora e suas organizações. Há muitos exemplos de lutas dos trabalhadores em defesa do meio

ambiente, como o combate travado por Chico Mendes, na Amazônia, ou dos trabalhadores da mineração, contra a sanha das mineradoras e pelo banimento do amianto.

Essa pauta precisa voltar aos sindicatos, envolver comunidades e ambientalistas. Os trabalhadores e trabalhadoras devem aproveitar a sua experiência vi-

vida com desastres ambientais e exigir que os seus sindicatos entrem na luta por um planeta habitável e defender condições de trabalho dignas frente aos fenômenos climáticos extremos.

Mas, o combate ao aquecimento global exige mais. Exige uma reorganização drástica do

economia em escala global, que estabeleça uma relação ra-

cional com a natureza e realize uma revolução das forças produtivas, para garantir uma verdadeira transição energética. Mas isso só é possível com a construção de uma sociedade socialista, onde o poder político e econômico emane da classe trabalhadora. Ou o capitalismo é superado ou a humanidade seguirá para a barbárie e o ecocídio.

LULA NA ONU

Um discurso que contrasta com a realidade

JÚLIO ANSELMO,
DA REDAÇÃO

Lula fez um discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) pautado na resolução da crise climática, no combate à desigualdade e em pedidos por reformas das instituições de governança global. Em seguida, fez uma declaração conjunta com Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, "em defesa dos direitos dos trabalhadores".

É compreensível que muitos ativistas e pessoas de esquerda tenham visto o discurso com bons olhos. Até há pouco tempo, com Bolsonaro, discursos em órgãos semelhantes eram recheados de negacionismo, pautas conservadoras e reacionárias.

Em um mundo cada vez mais polarizado por diferentes setores burgueses e potências imperialistas, com uma crise econômica e social permanente, que se agrava, acrescida de uma brutal crise climática, sem contar conflitos bélicos, como o da Ucrânia, parece que faz sentido saudar uma preocupação minimamente humanista. No entanto, apesar das belas palavras, o discurso de Lula é desmentido pelo o que ele vem fazendo em seu governo.



COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL NÃO AVANÇOU

A desigualdade só vem aumentando no mundo. Em seu discurso, o próprio Lula destacou o dado lastimável de que os dez homens mais ricos do mundo têm a mesma riqueza que 40% da população mundial mais pobre.

Contudo, ao mesmo tempo que clamou pelo fim da desigualdade, Lula se reuniu com os seus principais promotores: as grandes empresas capitalistas. A agenda de Lula e Haddad em Nova York incluiu reuniões com empresários estadunidenses e brasileiros, com direito a um evento na Bolsa de Valores norte-americana. O objetivo era fechar negócios.

O problema é que, em nome de supostos "investimentos no Brasil", o que ocorre é a venda do país. As empresas multinacionais ou brasileiras vivem em busca de lucros. Elas só entram em negócios caso sejam vantajosas para elas. Por isso, o governo tem que atraí-las dando todo tipo de benefícios: isenção fiscal, leis contra os direitos dos trabalhadores, garantias de lucratividade e todo tipo de ajuda.

SAQUE DAS RIQUEZAS

Essas empresas dos países ricos, quando vêm para cá, não têm interesse no desenvolvimento do país. Não vêm para trazer tecnologia ou ajudar os trabalhadores. Ao contrário, vêm saquear as riquezas natu-

rais e empregar o mínimo de gente possível, pagando um salário rebaixado.

Além disso, compram as empresas nacionais e públicas em processos de privatização para lá de suspeitos. Isso tudo aprofunda a dependência do país em relação aos países ricos, perpetua um modelo de desenvolvimento que nos mantém atrasados em relação ao resto do mundo e agrava a subalternidade do Brasil em relação aos países ricos. Sem contar que as multinacionais dos países ricos pegam os lucros e riquezas arrancadas daqui, mandam para suas matrizes e remuneram os acionistas com gordos dividendos.

Não há desenvolvimento do Brasil que garanta direitos para os trabalhadores e que acabe com a desigualdade social (que é estrutural no capitalismo) que não passe, obrigatoriamente, pela expropriação das multinacionais e das grandes empresas brasileiras.

DISCURSO E PRÁTICA

O que o Lula não disse é que não há jeito de combater essa desigualdade sem enfrentar esses homens mais ricos. Para que os trabalhadores ganhem, as grandes corporações bilionárias e seus donos devem perder. Mas não é isso que Lula, em seu governo, vem fazendo. Ele defende que é possível que

todos, trabalhadores e burgueses, saiam ganhando.

O próprio governo de Lula é prova de que isso não acontece. A aprovação do Arcabouço Fiscal e da Reforma Tributária ajudou aos ricos e aos bilionários, com isenção de impostos e garantia dos lucros. Isso, em detrimento da redução de recursos para as áreas sociais, das quais os trabalhadores e trabalhadoras dependem, como a Saúde e a Educação, e com a manutenção da carga tributária pesada sobre as costas dos trabalhadores, enquanto os ricos seguem pagando menos impostos.

É preciso expropriar as maiores e principais empresas, colocando-as sob o controle dos trabalhadores, já que o problema no capitalismo não é meramente de distribuição de riqueza. Esta situação se perpetuará enquanto não mudarmos a própria forma de produção capitalista.

Por isso, mesmo as propostas distributivas mais radicais, que são cada vez mais raras de serem implementadas, não resolvem problema. Assim, o mundo se arrasta por décadas sem cumprir qualquer tipo de meta de redução da desigualdade, combate à fome ou diminuição da pobreza, como o próprio Lula reconheceu em seu discurso.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE LULA E BIDEN

Após uma longa fala contra a desigualdade social, Lula se reuniu justamente com o chefe da burguesia imperialista mundial: o presidente dos EUA, Joe Biden, aquele que é responsável direto pelas maiores desigualdades e barbaridades do capitalismo mundo afora.

A declaração que se diz "em defesa do direito dos trabalhadores", contudo, ignora a realidade dos trabalhadores

e trabalhadoras de ambos países e as políticas implementadas por ambos presidentes.

Lula não revogou a Reforma Trabalhista de Temer ou a Reforma da Previdência de Bolsonaro. Biden segue uma política econômica a favor da burguesia dos EUA, liberando trilhões de dólares para grandes empresas seguirem seus domínios, diante do agravamento das disputas com os monopólios chineses. Hoje, os EUA vi-

venciam uma onda de greves e sindicalização. Neste exato momento, está ocorrendo uma das maiores greves metalúrgicas da história recente.

Caso Lula e Biden, de fato, quisessem defender o direito dos trabalhadores seria fácil. Bastaria implementar a cláusula da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que impede a demissão imotivada. No Brasil, seria preciso apenas aprovar medidas de aumento

geral do salário e redução da jornada de trabalho.

COOPTAÇÃO

Não fazem nada disso porque a política de ambos é atrair e cooptar o movimento sindical dos trabalhadores. A ideia deste setor burguês é derrotar a luta dos trabalhadores. Não apenas pela repressão e pela violência; mas também pela neutralização, através da disputa do movimento para

um projeto burguês de conciliação de classes.

Mas, a greve dos metalúrgicos nos EUA está tão forte, que após a visita de Biden a uma das unidades paralisadas, até mesmo Trump, o reacionário representante da ultradireita, participará de um ato e prestará apoio à greve. Ou seja, além de tudo há uma disputa sorrateira por votos, já em andamento por conta da eleição dos EUA, no ano que vem.

Declaração conjunta de Lula e Biden

CAPITALISMO É INSUSTENTÁVEL

Desenvolvimento sustentável e a enganação do capitalismo verde



Como é reconhecido pelo próprio Lula, nesses últimos 20 anos, pouco foi feito dos compromissos firmados para redução das emissões de carbono ou para angariar recursos para preservação dos biomas. Ao ponto que, hoje, estamos assistindo ao aumento dos desastres ambientais e climáticos e chegando ao ponto de não-retorno, no patamar da destruição do planeta.

Ao mesmo tempo em que os capitalistas etiquetam

susas empresas com selos de sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa, eles abrem novos ramos de produção ligados à tecnologia verde, que seguem poluindo e destruindo o planeta de novas maneiras. Não à toa, as mesmas empresas que defendem a "saída verde", defendem tirar até a última gota de petróleo do fundo do mar.

As posições expressas por Lula sobre o meio ambiente são a repetição da defesa de

um suposto desenvolvimento sustentável, que nada mais é que um capitalismo supostamente verde.

Mas, colocar nas mãos das empresas capitalistas o cuidado sobre o meio ambiente é uma falácia. A irracionalidade do sistema capitalista, na sua busca por lucros a qualquer custo, entra em aberta contradição com um manejo racional e sustentável dos recursos naturais, concedendo-lhe, sempre, um caráter predatório e destruidor.

PLURALISMO?

Os fóruns da ONU e governança global

Lula reafirmou sua posição por uma suposta democratização dos espaços de governança global. Reivindicou que o Brasil tenha um papel no Conselho Permanente de Segurança da ONU. Denunciou o privilégio que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial dão à Europa e aos países ricos. E pediu mais pluralismo nos fóruns internacionais.

Porém, os órgãos internacionais são controlados pelos países ricos e pela poderosa burguesia imperialista mundial. Não há democratização da go-

vernância global que impeça a burguesia de exercer seu domínio ou controle sobre os trabalhadores e os povos.

Vejamos o exemplo dos BRICs (grupo fundado por Brasil, Rússia, Índia e China), o qual o próprio Lula dá como exemplo de tentativa prática de implementar esse suposto multilateralismo, que daria força aos países emergentes. Esse espaço, longe de servir para um enfrentamento com os capitalistas ou as instituições que controlam o mundo, é subserviente à outra ala da burguesia mundial,



hegemonizada pelos interesses imperialistas chineses e russos.

O que estamos assistindo no mundo não é um multilateralismo democratizante em prol dos trabalhadores, mas o agravamento do fracionamento e da polarização de diversos setores burgueses e imperialistas, onde nenhum desses lados representa os interesses dos trabalhadores ou uma saída realmente democrática e soberana para os povos e países pobres.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3RTLH2B](https://bit.ly/3RTLH2B)**

A LÓGICA DO CAPITAL

Neoliberalismo, ultradireita e os compromissos da ONU

Lula reafirmou sua posição por uma suposta democratização dos espaços de governança global. Reivindicou que o Brasil tenha um papel no Conselho Permanente de Segurança da ONU. Denunciou o privilégio que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial dão à Europa e aos países ricos. E pediu mais pluralismo nos fóruns internacionais.

Porém, os órgãos internacionais são controlados pelos países ricos e pela poderosa burguesia imperialista mundial. Não há democratização da governança global que impeça a burguesia de exercer seu domínio ou controle sobre os trabalhadores e os povos.

Vejamos o exemplo dos BRICs (grupo fundado por Brasil, Rússia, Índia e China), o qual o próprio Lula dá como

exemplo de tentativa prática de implementar esse suposto multilateralismo, que daria força aos países emergentes. Esse espaço, longe de servir para um enfrentamento com os capitalistas ou as instituições que controlam o mundo, é subserviente à outra ala da burguesia mundial, hegemonizada pelos interesses imperialistas chineses e russos. O que estamos assistindo



no mundo não é um multilateralismo democratizante em prol dos trabalhadores, mas o agravamento do fracionamento e da polarização de diversos setores burgueses e impe-

rialistas, onde nenhum desses lados representa os interesses dos trabalhadores ou uma saída realmente democrática e soberana para os povos e países pobres.

ESTADOS UNIDOS

“Um levante do operariado norte-americano tem impacto sobre o conjunto da classe trabalhadora mundial”

 ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO

Os operários das três maiores montadoras dos Estados Unidos – GM, Ford e Stellantis – estão em greve há seis dias. Pela primeira vez na história, o United Auto Workers – UAW (Sindicato dos Trabalhadores Automotivos, em tradução literal) realiza uma paralisação simultânea nas três fábricas. Nessa semana, mais 5 mil operários aderiram à greve.

Do Brasil e do México à África do Sul e à Malásia, a solidariedade internacional dos trabalhadores está ajudando a luta dos operários norte-americanos. A greve chama a atenção de todo o mundo, pois é uma luta no coração do imperialismo. Para explicar sobre o impacto econômico e político dessa paralisação, o Opinião conversou com Luiz Carlos Prates, o Mancha, que é metalúrgico da GM no Brasil, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas e militante do PSTU.

A greve teve início na sexta-feira, dia 15/9, após não ter avançado a negociação com as empresas. Assim, o contrato coletivo de trabalho anterior perdeu a validade. Como é a negociação trabalhista nos EUA?

Mancha – As negociações coletivas nos EUA acontecem a cada quatro anos. É quando se renova o contrato coletivo de trabalho. Bem diferente do que acontece aqui no Brasil, onde temos um acordo coletivo de trabalho, que é assinado entre os sindicatos e os empresários, e o contrato individual de trabalho. Lá todas contratações são coletivas. Onde existe sindicato, as contratações são quase feitas diretamente com os sindicatos. Ao longo do tempo, o que a direção do sindicato vinha fazendo era buscar fechar um contrato com uma das maiores montadoras para servir de referência nas demais negociações, já que os contratos são nacionais. Os salários, as condições de trabalho e as cláusulas sociais valem para todo o país, onde existem fábricas sindicalizadas. Agora, é a primeira vez que o sindicato utiliza uma tática diferente na negociação do contrato coletivo com as montadoras. Forçando uma negociação simultânea com as três maiores marcas que, juntas, respondem pela produção de mais da metade dos cerca de 15 milhões de veículos vendidos no país anualmente.



Desde a crise de 2008, os contratos coletivos foram rebaixados. Como se deu esse processo?

Em 2008, no auge da crise econômica mundial, que levou à falência de bancos, o setor automobilístico também foi atingido. A GM chegou à falência, o que levou o governo dos EUA a intervir na empresa, comprando ações, assim como fizeram o governo do Canadá e o próprio sindicato. A partir daí, implementaram uma reestruturação na empresa, que contou com o apoio da burocracia sindical, que impôs uma nova grade salarial, com redução dos salários, cortes em direitos, como o pagamento de pensões e cuidados de saúde aos aposentados. Esse acordo foi imposto às demais fábricas. Assim, a GM saiu da crise à custa dos ataques aos trabalhadores, com a ajuda do sindicato, que dizia que era melhor receber menos e garantir os em-

pregos. Mas as demissões vieram, inclusive com fechamento de montadoras ao redor do mundo.

A greve atual é um enfrentamento com essa reestruturação feita em 2008?

Nos últimos anos, a posição do sindicato foi garantir a produção das empresas, com a desculpa de garantir os empregos. Os reajustes salariais foram pequenos, já tendo uma melhora em 2019, devido a uma greve que teve na GM. Entre 2017/2018 vieram a público casos de corrupção no sindicato, com dirigentes envolvidos em esquemas com as empresas, o que levou a um processo de intervenção na entidade sindical, com prisões de alguns dirigentes. Isso levou a que, no último congresso, os trabalhadores aprovaram eleições diretas para a presidência e diretoria do sindicato, rompendo com a tradição de eleição no congresso da entidade. Na elei-

ção, saiu vencedor o atual presidente, Shawn Fain, que fazia oposição à antiga direção. Ele ganhou as eleições prometendo uma nova era no sindicato, de lutas para recuperar as perdas anteriores, que levaram a uma redução na qualidade de vida dos operários, com a imposição da redução salarial, do trabalho temporário e intermitente.

Quais são as principais pautas de reivindicações?

A pauta apresentada exige o reajuste salarial de 46%, sendo um aumento imediato de 20% e mais quatro aumentos anuais de 5% cada, durante os quatro anos de vigência do contrato. Esse valor de reajuste, segundo o sindicato, seria equivalente ao reajuste dos salários dos dirigentes das empresas. As montadoras faturaram US\$ 250 bilhões nos últimos dez anos. Além do reajuste salarial, reivindica-se um mecanismo que proteja os salários (escala





móvel) diante da alta da inflação. Também exige-se a eliminação das duas grades salariais, mantendo apenas uma grade para todos os trabalhadores, pois hoje os trabalhadores antigos têm um salário de US\$ 30 por hora, enquanto os mais novos recebem US\$ 16 por hora trabalhada. O sindicato cobra o retorno dos planos tradicionais de pagamento de pensões e cuidados de saúde aos aposentados. Os trabalhadores contratados antes de 2007 ainda contam com esses benefícios. Os contratados desde então – a maioria dos trabalhadores que ganham por hora – não têm esse direito. Incluem também na pauta reivindicatória o fim dos contratos temporários; a redução da jornada de trabalho para 32 horas semanais, com uma semana de trabalho de quatro dias; uma transição justa para a produção de carros elétricos, com a garantia dos empregos e a permanência das fábricas. Todas essas reivindicações vão no sentido oposto do que praticam as empresas. A intenção é recuperar o que foi perdido a partir de 2008. E avançar em outras conquistas, como a redução da jornada.

Com essa greve histórica dos metalúrgicos, podemos afirmar que existe reorganização na classe trabalhadora norte-americana?

Podemos dizer que sim. Há um processo de ascenso das lutas dos trabalhadores nos EUA. Tem um crescimento no número de gre-

ves, a exemplo das realizadas pelos trabalhadores da saúde e da produção cinematográfica de Hollywood. Há um aumento da sindicalização da juventude e, em particular, nos setores mais precarizados, como estamos vendo na luta pela criação do sindicato dos trabalhadores da Amazon. Essa greve unificada das três principais marcas automotivas potencializa esse ascenso de luta. Isso pode influenciar outras áreas dos EUA onde não existem sindicatos, a chamada Área Verde. Por isso, além de ser uma greve histórica, ela tem um potencial grandioso a favor da classe trabalhadora norte-americana e mundial.

A greve começou forte nas três grandes montadoras. Como está sendo organizada?

Tem um certo aquecimento na economia, aumento na venda de automóveis, que eleva o aumento dos lucros e permite que os trabalhadores também reivindiquem melhores salários, condições dignas de trabalho e ampliação dos direitos. Tanto é assim que a greve foi aprovada por 97% dos trabalhadores. O sindicato também demonstrou uma organização maior que nas lutas dos anos anteriores. Foi adotada uma tática de ir parando as montadoras que fazem peças importantes para as outras montadoras. E assim ir parando a produção e chegando à adesão dos 150 mil operários representados pelo sindicato. Na visão dos

dirigentes sindicais, essa tática garante um maior fôlego à greve. Aos trabalhadores das fábricas que ainda não estão em greve, caso forem demitidos, o Estado garante o seguro-desemprego. Hoje os operários estão trabalhando sem contrato coletivo de trabalho, pois a vigência se encerrou no último dia 14. O sindicato tem um fundo de greve de US\$ 825 milhões, vai garantir o pagamento de US\$ 500 por semana a cada trabalhador que aderiu à paralisação.

Qual o impacto político e econômico da greve?

Pelo fator histórico, força e dimensão, a greve tem importantes desdobramentos políticos e econômicos. Ano que vem tem eleições presidenciais nos EUA, o impacto da greve já obrigou o presidente Biden a dizer que as reivindicações são justas e até a participar de um piquete de greve. Disse que as empresas lucraram muito nos últimos anos e que é preciso dividir com os trabalhadores. Importante lembrar que grande parte da base operária norte-americana votou em Trump, justamente pelo processo de degradação de suas condições de vida, pois o processo de reestruturação se deu no governo do democrata Barack Obama, o que levou a um descontentamento dos operários com o Partido Democrata. Isso explica a relocalização política de Biden, também imposta pela radicalização por parte dos trabalhado-

res. Quanto ao impacto econômico, é grandioso. Se o movimento se tornar uma greve geral nas montadoras americanas, isso pode causar uma perda de até US\$ 500 milhões nos lucros de cada empresa por semana.

Qual o impacto da greve para a classe trabalhadora mundial?

Para os trabalhadores do mundo essa greve tem uma importância grande. Todo o processo da chamada globalização da economia foi sustentado em uma indústria internacionalizada, com superexploração, salários rebaixados e condições precárias de trabalho, obrigando as empresas a impor esse tipo de situação também em seus países-sede. O que vigou nas últimas décadas no setor automobilístico foi uma reestruturação produtiva em todas as empresas, com flexibilização da jornada de trabalho, redução de salários e cortes nos direitos. Um setor que outrora tinha muitas conquistas passou a ser bastante atacado.

A greve, a mobilização, implica uma chance de virada nessa situação de derrotas

da classe operária. Derrotas que tiveram a ajuda da burocracia sindical, que negociou acordos rebaixados e cedia às pressões das montadoras, que chantageava com ameaças de levar as fábricas para outros lugares. Um leviante do operariado norte-americano tem um reflexo muito grande sobre o conjunto da classe trabalhadora mundial. Tanto é assim que as montadoras apresentaram uma proposta, comparada com as dos anos anteriores, bem superior, mas ainda bem distante das reivindicações dos trabalhadores, que estão dispostos a seguir a luta.

Nessa fase atual do capitalismo os sindicatos têm duas saídas: se colocar ao lado das empresas e aprofundar o processo de reestruturação, o que chamamos de sindicalismo parceiro, ou se colocar no caminho da ruptura com esse processo e apontar uma saída anticapitalista, socialista e revolucionária. E essa segunda opção que temos que apresentar à classe trabalhadora mundial.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3RKSXQY](https://bit.ly/3RKSXQY)**

SOLIDARIEDADE



Apoio do Brasil à greve

O 5º Encontro da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, ocorrido entre os dias 10 e 12 de setembro, em São José dos Campos (SP), aprovou uma moção de apoio e de solidariedade à luta dos operários dos EUA, fazendo um chamado que a classe trabalhadora mundial apoie a greve. No Brasil, a CSP-Conlutas emitiu uma nota e também assinou outra em comum com as demais centrais sindicais em apoio à greve, que foi enviada ao sindicato das montadoras dos EUA. “Em nome da CSP-Conlutas, gravei um vídeo, na porta da GM, em São José dos Campos, em apoio e solidariedade à greve. Esse vídeo está circulado por lá e já conta com quase 80 mil visualizações no Twitter”, explica Mancha.

ENTREVISTA

“A indústria cultural tenta sufocar o caráter subversivo do Hip Hop”

 ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO

2023 marca os 50 anos do nascimento do Hip Hop nos Estados Unidos e sua disseminação pelo mundo. Um movimento que uniu o “break”, o rap, embalado por um DJ e um MC e o grafite.

Hertz Dias foi um dos precursores do Hip Hop brasileiro, na década de 1980, na cidade de São Luís (MA). Junto com os outros jovens, negros e pobres da periferia, fundou o Movimento Hip Hop Organizado do Maranhão, que, em 1992, passou a se chamar Quilombo Urbano. Desde então, compôs músicas que ecoam forte no Nordeste, integrou o Clã Nordestino e, hoje, faz parte do Gíria Vermelha. O Opinião Socialista conversou com Hertz Dias. Leia ntrevista completa no Portal do PSTU.

Em 1973, em uma festa no Bronx, em Nova York, nascia o Hip Hop. São 50 anos de uma cultura que ganhou o mundo. Quais motivos fizeram com que esse movimento negro, rebelde e inovador se tornasse mundial?

Hertz Dias – A mundialização do Hip Hop é produto, também, da mundialização da indústria cultural. Tivemos conhecimento do Hip Hop através de filmes como Break Dance e Beat Street [ambos dirigidos por Sthan Latan, em 1984]. Este último, bem menos hollywoodiano e mais próximo do contexto que fez com que o DJ americano Africa Bambaata unisse o break, o rap e o grafite, e criasse o Hip Hop, com o propósito de diminuir os conflitos entre as gangues, denunciar o racismo e reivindicar melhorias nas condições de vida dos negros, latinos e caribenhos. Por lá, o contexto era o da Guerra do Vie-

tnâ e da luta pelos direitos civis. No Brasil, era o da luta dos trabalhadores contra a ditadura militar. Esses caldeirões políticos influenciaram no caráter subversivo do Hip Hop.

Como o Hip Hop foi se desenvolvendo no Brasil?

Hertz Dias – Existem dois momentos distintos, mas combinados. O primeiro é do Hip Hop espontâneo, a chamada “febre do Break”, na década de 1980. O outro é o do surgimento do Hip Hop organizado, no final dos anos 1980 e início de 1990. Nesta fase, surgiram os grupos de rap numa pega-dada bastante politizada, principalmente de denúncia da violência policial e do racismo. A indústria cultural trouxe o Hip Hop ao Brasil; mas, por aqui, ele se expandiu por fora dela e da grande mídia, o que fez do Hip Hop brasileiro o mais politizado do mundo. Para isso, os movimentos organizados, as rádios comunitárias e as pequenas gravadoras foram fundamentais. Isso foi tão profundo que quase todos os principais grupos de rap do Brasil foram presos ou processados na década de 1990.

Você é parte da história do Hip Hop nacional. Você foi parte da fundação do Movimento Quilombo Urbano e integrou o grupo de rap Clã Nordestino. Fale um pouco sobre essa trajetória.

Hertz Dias – Fui um dos primeiros dançarinos de break do Maranhão. Comecei em 1984, mas já tinha uma galera dançando. No final dessa década, comecei a contar rap e compus a canção Menor Abandonado, que virou um hit em São Luís. Junto com outros ca-



Afrika Bambaataa posa com aparelho de som.

maradas, fundamos o Movimento Hip Hop Organizado do Maranhão que, em 1992, passou a se chamar Quilombo Urbano. Esse período coincidiu com uma forte criminalização das “galeras” que se organizam para ir aos bailes de funk. Foi sobre essa galera que incidimos com dois projetos: o “Ruas Alternativas” e, depois, o “Periferia Urgente”. O esquema era ir direto nas quebradas, mesmo, colocar o som na rua e dialogar com eles. Ganhamos vários para o movimento, inclusive o companheiro Verck [Rosenverck Estrela], meu parceiro de grupo e professor universitário. Em cada um desses lugares a gente montava as posses, que era o movimento organizado por bairros. Tínhamos bons b-boys [dançarinos de break dance], bons grafi-

teiros e o Clã Nordestino chegou para coroar isso aí no rap.

Como esse processo de desenvolveu?

Hertz Dias – Gravamos um CD demo que estourou no Nordeste. Zéca Baleiro escutou uma música que escrevi, chamada Periafricania, e se propôs a produzi-la e a participar da gravação do nosso álbum, que tinha ainda participação do Zafrica Brasil, Rappin’ Hood e uma base produzida pelo DJ KL Jay (do Racionais). Na fase de masterização do álbum, teve uma divergência entre nós sobre o apoio à candidatura de Lula (PT) no primeiro turno das eleições de 2002 e o grupo rachou. Eles mantiveram o Clã Nordestino e nós formamos o Gíria Vermelha.

O Hip Hop encontrou voz e ganhou espaço abordando questões políticas e sociais. Isso se mantém ou sofreu mudanças ao longo dessas cinco décadas?

Hertz Dias – Na minha opinião, se mantém. Com contradições, mas se mantém. A grande mídia apresenta aquilo que convém. Na década de 1990, também era assim. A diferença é que quem ditava as regras naquele período era o movimento e não a indústria cultural. Hoje, o Hip Hop é mais dinâmico, mais expansivo, porém menos organizado. Muitas ideologias burguesas estão dentro do Hip Hop, principalmente na fala de muitos grupos de ponta do mercado e isso desce para quem está em baixo. A indústria cultural tenta sufocar o caráter subversivo do Hip Hop. Faz com que a galera se sinta empreendedora, patrão, playboy de pele preta. É o tal “a favela venceu!”. Mas,

isso não é culpa da nova geração. Quase todas as antigas organizações de Hip Hop se transformaram em ONGs, quando o PT esteve no governo, e pisaram no freio da crítica política. Muitos grupos começaram a dizer que tinham que tirar o “R” da revolução; que a cena era a “evolução”; que meu partido é o “rap”, é a “periferia”, quando a maioria estava alinhada ao PT. Isso aconteceu com quase todos os movimentos sociais. Por que não aconteceria com o Hip Hop?

Qual a sua avaliação da cena atual do Hip Hop no Brasil?

Hertz Dias – Acho que essa nova geração é bem mais explosiva do que a minha. Não existe futuro para essa juventude por dentro do capitalismo. Veja, quando estouraram as Jornadas de Junho em 2013, o Hip Hop participou timidamente, porque era uma explosão principalmente contra o governo Dilma (PT). Se estourar uma nova Jornada de Junho, já imaginou no que as batalhas de rima podem se transformar? O PT sabe disso e os governos estaduais também. Por isso, Lula está usando o decreto de 50 anos de Hip Hop para dar um “cala boca” no movimento, ao mesmo tempo em que empurram o Arcabouço Fiscal e estão privatizando presídios para transformar favelado em “mercadoria”. O Hip Hop jamais voltará a ser o que foi na década de 1990, mas também não pode voltar a ser o que foi durante os 13 anos do PT. Para ser 100% favela, tem que ser 100% contra quem é contra a favela e a classe trabalhadora.



HERTZ

